POLÍCIA DESARTICULA ESQUEMA DE FURTOS DENTRO DE CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA AMAZON NO GRANDE RECIFE PÁG. 5

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 11 • Terça-Feira, 05 de maio de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

MAIS DE 9,5 MIL ESTÃO SEM CASA APÓS CHUVAS EM PERNAMBUCO PÁG. 3



Foto: Wilton Junior/Estadão



Chuvas, alagamentos, deslizamentos e mortes em Olinda geram críticas à gestão municipal PÁG. 3

FOTO DIVULGAÇÃO



Investigação descobre fraude em clínicas de autismo e esquema usava crianças para desviar dinheiro de planos de saúde PÁG. 2

ARTIGO



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Democracia contemporânea na era das redes: quem molda a opinião pública? PÁG. 5

Crise no Estreito de Ormuz já pressiona operações no Porto do Recife e pode encarecer combustíveis e insumos em Pernambuco PÁG. 2

Governadora Raquel Lyra decreta situação de emergência em 27 municípios PÁG. 4

Polícia conclui que menino de 6 anos morreu após erro médico com overdose de adrenalina PÁG. 5

Dia das Mães: varejo pernambucano projeta movimentar R$ 10,9 bilhões no mês sob cenário de readequação de consumo PÁG. 5



FOTO DIVULGAÇÃO

Paraíba decreta calamidade pública após chuvas e amplia alerta para crise no Nordeste PÁG. 4



Investigação descobre fraude em clínicas de autismo e esquema usava crianças para desviar dinheiro de planos de saúde

DIVULGAÇÃO



A Polícia Civil de São Paulo aprofundou as investigações sobre o esquema criminoso envolvendo clínicas de atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e revelou um sistema estruturado de fraudes que ia muito além de prejuízos financeiros. Segundo os investigadores, o grupo simulava atendimentos terapêuticos, emitia laudos médicos falsos e ingressava com ações judiciais para obrigar operadoras de planos de saúde a custear procedimentos inexistentes ou com valores superfaturados.

A operação, batizada de Desentendimento, foi deflagrada nesta quinta-feira (30) pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), por meio da 2ª Delegacia da Divisão de Investigações Gerais (DIG), especializada em crimes de estelionato e contra a fé pública. Ao todo, foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão na capital paulista e nas cidades de Barueri, Mogi das Cruzes e Jacareí. Cerca de 40 policiais participaram da ação, com apoio de 17 viaturas.

De acordo com a investigação, clínicas especializadas no atendimento de crianças com TEA montaram uma estrutura para fraudar o sistema de saúde suplementar. O grupo produzia documentos falsos, simulava sessões terapêuticas e acionava a Justiça para forçar operadoras de saúde a pagar por procedimentos que, em muitos casos, nunca foram realizados ou apresentavam valores muito acima do praticado.

A fraude gerava prejuízos expressivos e sustentava financeiramente o esquema, segundo a Polícia Civil. Além disso, os investigadores apontam que famílias também acabavam sendo prejudicadas financeiramente e emocionalmente, já que muitas acreditavam estar garantindo tratamento adequado para os filhos quando, na prática, estavam inseridas em uma rede de irregularidades.

O aspecto mais grave, segundo a polícia, é o impacto direto sobre as crianças. Muitas eram submetidas a diagnósticos indevidos, encaminhamentos sem necessidade e intervenções terapêuticas inadequadas, o que pode comprometer o desenvolvimento infantil e gerar consequências de longo prazo.

O advogado Antônio Campos repudiou as irregularidades, defendeu os avanços das investigações e alertou para o risco da exploração comercial em torno do autismo.

"A gente não pode tratar o autismo como um espaço para oportunismo. Quando uma clínica oferece práticas sem base científica ou manipula diagnósticos, ela não está só cometendo um crime, está colocando em risco o desenvolvimento de crianças e violando direitos básicos dessas famílias. Investigações como essa deveriam acontecer em todo o Brasil, inclusive em Pernambuco, onde o crescimento da demanda por atendimento de crianças com TEA exige ainda mais fiscalização, transparência e responsabilidade", defendeu", defendeu.

Em nota oficial, a Polícia Civil afirmou que a prática "afronta princípios fundamentais de proteção e boa-fé", destacando que o caso não se resume a uma fraude financeira, mas representa uma violação grave de direitos de crianças e adolescentes.

O tratamento do TEA deve seguir diretrizes baseadas em evidências científicas, com acompanhamento multiprofissional e respeito às necessidades individuais de cada paciente.

Os investigadores agora buscam identificar todos os envolvidos no esquema, incluindo donos de clínicas, profissionais responsáveis pela emissão dos laudos e possíveis intermediários que atuavam na judicialização dos pedidos contra os planos de saúde.

O caso reacende o debate sobre a fiscalização de clínicas especializadas, a banalização de diagnósticos sem respaldo técnico e o uso indevido da judicialização da saúde como ferramenta de fraude.

A investigação continua e a Polícia Civil não descarta novas buscas, bloqueios financeiros e futuras prisões.

Crise no Estreito de Ormuz já pressiona operações no Porto do Recife e pode encarecer combustíveis e insumos em Pernambuco

DIVULGAÇÃO



A escalada de tensões no Oriente Médio e o risco de interrupção no fluxo de navios no Estreito de Ormuz já começam a gerar reflexos no Porto do Recife, com impacto potencial sobre custos logísticos, abastecimento e preços de produtos estratégicos no estado.

Responsável por escoar cerca de 20% de todo o petróleo consumido no mundo, o estreito é considerado um dos pontos mais sensíveis da geopolítica global. Qualquer ameaça de bloqueio, mesmo que parcial, provoca reação imediata nos mercados internacionais, com aumento no preço do barril, encarecimento do frete marítimo e reconfiguração de rotas comerciais.

No caso de Pernambuco, o efeito não ocorre de forma isolada. O Porto do Recife, embora não seja um dos maiores terminais do país, desempenha papel relevante no abastecimento regional, especialmente no recebimento de combustíveis, derivados de petróleo e insumos industriais. Com a instabilidade externa, operadores logísticos já trabalham com a possibilidade de atrasos em cargas, aumento no valor dos contratos de transporte e maior custo de seguros marítimos.

O impacto mais direto tende a ser sentido no preço dos combustíveis. Como o petróleo é cotado internacionalmente, qualquer restrição na oferta global pressiona os valores praticados no Brasil. Isso afeta não apenas gasolina e diesel, mas toda a cadeia produtiva, incluindo transporte de mercadorias, produção industrial e custo de alimentos.

Além disso, o encarecimento do frete marítimo pode atingir fertilizantes, grãos e outros insumos importados que chegam ao estado por via portuária. Em um cenário prolongado de crise, há risco de repasse desses custos ao consumidor final, pressionando a inflação local e reduzindo o poder de compra da população.

Outro efeito relevante está na previsibilidade das operações. Com o aumento do risco geopolítico, armadores e empresas de navegação tendem a rever rotas, priorizar trajetos mais seguros e, em alguns casos, reduzir a frequência de viagens. Isso pode afetar a regularidade do fluxo de cargas no Porto do Recife, exigindo ajustes logísticos e ampliando o tempo de espera para determinadas mercadorias.

Especialistas em comércio exterior apontam que, mesmo sem um bloqueio total, a simples instabilidade na região já é suficiente para alterar o comportamento do mercado. O aumento do custo do seguro marítimo, por exemplo, pode elevar significativamente o valor final das importações. Ao mesmo tempo, exportadores também enfrentam dificuldades para manter competitividade diante do aumento dos custos operacionais.

O cenário expõe a dependência estrutural de economias regionais como a de Pernambuco em relação a cadeias globais de suprimento. Sem alternativas logísticas consolidadas ou produção local suficiente para substituir determinados insumos, o estado fica mais vulnerável a choques externos.

Além do impacto econômico, há também reflexos fiscais. A elevação nos preços de combustíveis pode aumentar a arrecadação de impostos no curto prazo, mas tende a reduzir o consumo e desacelerar setores produtivos no médio prazo, criando um efeito contraditório nas contas públicas.

Autoridades portuárias e agentes do setor acompanham a situação com cautela. A avaliação é de que, quanto mais prolongada for a instabilidade no Oriente Médio, maiores serão os efeitos sobre o comércio internacional e, consequentemente, sobre a economia local.

Para Pernambuco, o episódio reforça a necessidade de diversificação logística e planejamento estratégico para reduzir a exposição a crises externas. Enquanto isso, o impacto já começa a ser sentido, mesmo a milhares de quilômetros de distância, mostrando como a economia global está interligada e sujeita a choques que rapidamente atravessam fronteiras.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Mais de 9,5 mil estão sem casa após chuvas em Pernambuco

O número de pessoas desalojadas e desabrigadas em Pernambuco após as fortes chuvas ultrapassou 9,5 mil, segundo balanço atualizado da Defesa Civil, evidenciando a dimensão da crise enfrentada no estado. O avanço rápido dos números em poucos dias expõe a gravidade do cenário e a incapacidade histórica de conter os efeitos das precipitações sobre áreas vulneráveis.

A maior parte dos atingidos está na Região Metropolitana do Recife, onde comunidades inteiras foram impactadas por alagamentos, deslizamentos de barreiras e risco estrutural em moradias. Muitas famílias tiveram que sair às pressas de casa, deixando para trás móveis, documentos e pertences, diante do risco iminente de soterramento ou desabamento.

Do total de afetados, uma parcela significativa está desalojada, ou seja, abrigada em casas de parentes e amigos, enquanto outra depende diretamente de abrigos públicos improvisados pelos municípios. A estrutura, no entanto, enfrenta pressão diante do volume crescente de pessoas que precisam de assistência.



As chuvas intensas provocaram uma sequência de ocorrências graves, incluindo destruição de residências, interdição de imóveis e mortes em diferentes cidades do estado. Em áreas de morro, o solo encharcado aumenta o risco de novos deslizamentos, mantendo milhares de famílias em estado permanente de alerta.

O cenário reforça um padrão que se repete todos os anos. Apesar dos alertas meteorológicos e do histórico de tragédias, grande parte das áreas atingidas segue sem intervenções estruturais adequadas, como obras de contenção de encostas, drenagem urbana eficiente e políticas habitacionais que retirem famílias de locais de risco.

Além do impacto imediato, as consequências se estendem no médio e longo prazo. Famílias atingidas enfrentam dificuldades para retomar a rotina, crianças ficam sem acesso regular à escola e trabalhadores perdem renda diante da impossibilidade de deslocamento ou da perda de instrumentos de trabalho.

A crise também pressiona os serviços públicos. Prefeituras e o governo estadual precisam ampliar rapidamente a capacidade de resposta, com fornecimento de abrigo, alimentação, atendimento de saúde e apoio social, ao mesmo tempo em que lidam com danos à infraestrutura urbana.

Especialistas apontam que o volume de pessoas fora de casa revela não apenas a intensidade das chuvas, mas principalmente a vulnerabilidade social e urbana acumulada ao longo de décadas. A ocupação desordenada de encostas e áreas alagáveis, somada à falta de investimento contínuo em prevenção, amplia os impactos de eventos climáticos que já eram previsíveis.

Com a previsão de continuidade das chuvas, o risco de novos desastres permanece elevado. A tendência é de que os números ainda aumentem, agravando uma situação que já é considerada crítica.

O avanço da crise reforça a necessidade de ações estruturais permanentes. Sem planejamento urbano consistente, políticas habitacionais eficazes e investimentos contínuos em infraestrutura, Pernambuco segue exposto a um ciclo recorrente de tragédias, onde a cada inverno milhares de pessoas são obrigadas a deixar suas casas.

Chuvas, alagamentos, deslizamentos e mortes em Olinda geram críticas à gestão municipal

As fortes chuvas que atingem Olinda, desde a última sexta-feira (01), provocam alagamentos, transtornos e prejuízos para a população em diversos bairros da cidade. Ruas inundadas, canais transbordando, deslizamentos de barreira e dificuldades de mobilidade reacenderam críticas à atual gestão da prefeita Mirella Almeida e também ao ex-prefeito Professor Lupércio.

A tragédia mais triste, e ao mesmo tempo revoltante, aconteceu na última sexta-feira (01), entre os bairros do Alto da Bondade e Passarinho, onde uma mãe jovem e seu bebê de apenas seis meses morreram soterrados após o deslizamento de uma barreira. Duas vidas perdidas por um problema antigo, conhecido e ignorado. Não foi acidente. Não foi fatalidade. Foi negligência pública.



Moradores relatam que os problemas se repetem a cada inverno, sem soluções definitivas. A falta de manutenção das galerias pluviais, limpeza dos canais e ações preventivas da Defesa Civil seguem entre as principais reclamações.

Diante da situação, os advogados e líderes do Movimento #ResisteOlinda Antônio Campos e Paulo Sales divulgaram uma nota pública criticando a condução da prefeitura e afirmando que os alagamentos não podem ser tratados apenas como consequência das chuvas, mas como resultado da falta de gestão e planejamento.

Confira abaixo a nota na íntegra:

NOTA NA ÍNTEGRA

As precipitações pluviais que assolam Olinda-PE e resultam em alagamentos, transtornos e prejuízos à população não podem ser reduzidas a mero "evento da natureza", como alegam o ex-prefeito e a atual chefe do Executivo municipal. Utilizar a força das chuvas como subterfúgio para a inércia administrativa configura, em termos políticos, estelionato eleitoral: transfere-se à meteorologia a responsabilidade que pertence à gestão.

O que se observa nas ruas é o retrato da negligência continuada: resíduos sólidos arrastados pelas enxurradas, galerias pluviais obstruídas por falta de manutenção preventiva, e uma Defesa Civil que, diante da calamidade, revela-se inócua. Não se trata de fatalidade climática, mas de incompetência administrativa materializada na ausência de limpeza urbana sistemática, de dragagem de canais e de um plano de contingência efetivo.

Tais omissões marcam a gestão do ex-prefeito Lupércio e, por extensão, de sua sucessora política, que herdou e manteve o mesmo modus operandi. Saliente-se que, após reiterados desmandos e sem apresentar solução estruturante para o problema, o ex-gestor agora pleiteia cargo de deputado estadual. À sociedade olindense cabe o discernimento: não legitimar nas urnas quem normaliza o caos e terceiriza ao clima a responsabilidade que é, inequivocamente, do poder público.

Paulo Sales
Advogado e pré-candidato a deputado estadual
Antônio Campos
Advogado e escritor

Cemitérios do abandono: gestão Mirella afunda Olinda e expõe herança maldita deixada por Lupércio

O abandono dos cemitérios públicos de Olinda escancara o retrato de uma cidade entregue ao descaso, à incompetência administrativa e à falta de respeito com a população. Sob a gestão da prefeita Mirella Almeida, o município segue afundado em problemas graves herdados da desastrosa administração do ex-prefeito Professor Lupércio, apontado por moradores como responsável por deixar uma verdadeira herança maldita. A degradação dos cemitérios é apenas mais uma prova de que Olinda vive uma de suas piores fases administrativas.

O cenário encontrado nos cemitérios de Águas Compridas e Guadalupe é revoltante. O que deveria ser um espaço de respeito à memória e dignidade dos que partiram se transformou em símbolo de descaso, abandono e falta de humanidade. Há túmulos tomados pelo mato, lixo espalhado sobre sepulturas, catacumbas abertas, restos mortais expostos, ausência de iluminação e até relatos de sepultamentos feitos à luz de lanternas de celular.

No Cemitério de Águas Compridas, a cena impressiona pela gravidade. A vegetação alta impede que familiares consigam sequer se aproximar dos túmulos para fazer uma oração ou prestar uma homenagem. O ambiente mais parece cenário de filme de terror, como relataram moradores indignados.

"Isso aqui não é um cemitério, isso aqui é uma cena de horror. Parece filme de terror. Enterramos minha tia aqui sem energia, foi na base da lanterna de celular. Já vi osso de criança, osso de gente exposto. E ainda cobram taxa de R$ 130 para colocar o corpo na gaveta. Isso é um descaso. Eu quero providências da prefeita", desabafou uma moradora.

Além do abandono interno, o entorno do cemitério também reflete o colapso da gestão pública. A calçada está tomada por lixo doméstico, entulhos e restos retirados do próprio cemitério, obrigando pedestres a se arriscarem no meio da rua.

O advogado e líder do movimento #ResisteOlinda, Antônio Campos criticou duramente a situação e afirmou que Olinda vive uma das piores fases administrativas de sua história.

"Olinda sofre hoje as consequências de uma gestão desastrosa deixada por Lupércio e de uma continuidade preocupante com Mirella. Quando nem os cemitérios recebem o mínimo de dignidade, significa que a cidade está em colapso moral e administrativo. Isso é uma herança maldita que o povo está pagando caro", declarou Antônio Campos.

Já o advogado e analista político Paulo Sales também fez críticas severas à condução da prefeitura.

"Cemitério abandonado é o retrato da falência da gestão pública. Não se trata apenas de limpeza, mas de respeito humano. Lupércio deixou um rastro de problemas e Mirella, até agora, não conseguiu apresentar soluções concretas. O povo de Olinda está cansado de promessas e vivendo o peso da pior gestão da história recente da cidade", afirmou Paulo Sales.

No Cemitério de Guadalupe, o problema é ainda mais grave. Portões fechados, administração ausente,



falta de funcionários e catacumbas destruídas revelam um cenário de total descontrole.

"É uma desumanidade, uma falta de respeito, um descaso da prefeita de Olinda com o cemitério. As catacumbas estão destruídas, muito mato, um mau cheiro insuportável. Para enterrar alguém você precisa correr atrás de funerária porque não encontra ninguém no cemitério", denunciou outro morador.

A crise nos cemitérios públicos é mais do que um problema estrutural é uma demonstração clara de como a cidade foi sendo abandonada ao longo dos anos. Quando falta dignidade até para os mortos, fica evidente que os vivos também estão esquecidos.

Olinda pede socorro. E a população cobra resposta, responsabilidade e respeito.

Governadora Raquel Lyra decreta situação de emergência em 27 municípios atingidos pelas chuvas

FOTO: CRYSLI VIANA/DP



A governadora Raquel Lyra decretou, neste sábado (2), situação de emergência em 27 municípios afetados pelas fortes chuvas. O documento está publicado em edição extra do Diário Oficial, com prazo de 180 dias. O decreto é importante para acelerar a execução de ações emergenciais e solicitação de apoio e investimentos ao governo federal. O anúncio também foi feito aos prefeitos dos municípios atingidos durante reunião virtual na tarde deste sábado. No encontro, com a participação do diretor do Departamento de Restabelecimento e Reconstrução da Defesa Civil Nacional, Paulo Falcão, também foram apresentadas pela governadora as ações estaduais na assistência às famílias impactadas. Participaram da reunião prefeitos da Região Metropolitana do Recife e Zona da Mata Norte.

"Conversamos com os prefeitos e prefeitas de cidades afetadas, o Estado está decretando situação de emergência para poder a gente continuar apoiando os municípios no restabelecimento da normalidade e buscar junto ao governo federal investimentos para as ações. Também debatemos com os prefeitos o passo seguinte. Primeiro era o resgate e salvamento das pessoas que estavam afetadas pelas chuvas, foram mais de 800 resgates feitos pelo Corpo de Bombeiros junto com a Defesa Civil e os municípios. Agora ajuda humanitária acontecendo, distribuição de colchões, mantimentos, apoio, abertura de escolas para colocar os desabrigados", declarou a governadora Raquel Lyra.

O decreto de situação de emergência também considera que os habitantes dos municípios afetados não têm condições satisfatórias de superar os danos e prejuízos provocados pelas inundações. Outros municípios ainda podem ter estado de emergência reconhecido pelo Governo do Estado após novas avaliações.

Na reunião, também foram levantados pelos prefeitos alguns danos causados pelas chuvas em suas cidades para poder receberem apoios nas ações de reconstrução. "Gostaria de agradecer ao apoio do governo estadual a Timbaúba, incluindo envio de um helicóptero para resgatar pessoas isoladas na zona rural que precisaram de atendimento. Nossa maior preocupação agora é a zona rural e os distritos sem acesso à cidade", contou o prefeito de Timbaúba, Marinaldo Rosendo.

Até o momento, o Corpo de Bombeiros já realizou o resgate de 807 pessoas. A Defesa Civil do Estado já registrou 1601 pessoas desabrigadas e 1389 pessoas desalojadas. O Governo do Estado, por meio da Defesa Civil, já destinou a municípios afetados 1354 colchões, 2158 lençóis, 504 kits de limpeza e 404 kits de higiene.

Confira a lista dos municípios em situação de emergência:
1 - Abreu e Lima
2 - Aliança
3 - Araçoiaba
4 - Buenos Aires
5 - Camaragibe
6 - Goiana
7 - Glória do Goitá
8 - Igarassu
9 - Ilha de Itamaracá
10 - Ipojuca
11 - Itambé
12 - Itapissuma
13 - Jaboatão dos Guararapes
14 - Limoeiro
15 - Moreno
16 - Nazaré da Mata
17 - Olinda
18 - Passira
19 - Paudalho
20 - Paulista
21 - Pombos
22 - Recife
23 - São Lourenço da Mata
24 - São Vicente Férrer
25 - Timbaúba
26 - Vicência
27 - Vitória de Santo Antão

Paraíba decreta calamidade pública após chuvas e amplia alerta para crise no Nordeste



O governo da Paraíba decretou estado de calamidade pública após as fortes chuvas que atingem o estado e provocam uma série de transtornos, incluindo alagamentos, deslizamentos e milhares de pessoas afetadas. A medida permite agilizar ações emergenciais e facilitar o acesso a recursos federais para enfrentamento da crise.

A decisão foi tomada diante do agravamento da situação em diversas cidades, onde o volume de chuvas superou a capacidade de drenagem urbana e elevou o risco em áreas vulneráveis. Com o decreto, o estado pode mobilizar com mais rapidez estruturas de assistência, ampliar abrigos e intensificar o atendimento às famílias atingidas.

Segundo o governo estadual, a calamidade reconhece que os impactos ultrapassaram a capacidade de resposta ordinária dos municípios, exigindo medidas excepcionais. A prioridade passa a ser o atendimento à população afetada, recuperação de áreas atingidas e prevenção de novos desastres, especialmente em regiões de risco.

O cenário na Paraíba ocorre em paralelo ao que já é registrado em estados vizinhos, como Pernambuco, onde o número de desalojados e desabrigados também cresce rapidamente após dias de chuva intensa. A repetição de ocorrências em diferentes estados do Nordeste reforça o caráter regional da crise climática.

Além dos danos materiais, como destruição de imóveis e prejuízos à infraestrutura, o decreto busca dar suporte às famílias que perderam casas ou precisaram sair de áreas de risco. Muitas dependem de abrigos públicos ou da ajuda de parentes, enfrentando dificuldades para manter a rotina.

Especialistas apontam que eventos extremos como esse têm se tornado mais frequentes e exigem respostas estruturais mais consistentes. A combinação de chuvas intensas, ocupação irregular e falta de infraestrutura adequada amplia os impactos e transforma episódios climáticos em crises humanitárias.

Com o reconhecimento da calamidade, o governo da Paraíba poderá adotar medidas emergenciais com menos burocracia, incluindo contratação de serviços, aquisição de insumos e execução de obras urgentes para conter danos.

A situação segue em monitoramento, com alerta para continuidade das chuvas e risco de novos episódios. O avanço da crise reforça a necessidade de ações coordenadas entre estados e União para enfrentar os efeitos recorrentes do período chuvoso no Nordeste.

Hospital das Clínicas inicia obras de UTI pediátrica e amplia capacidade de atendimento infantil no Recife

DIVULGAÇÃO



O Hospital das Clínicas da UFPE iniciou as obras de construção de uma nova Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica, em um movimento para ampliar a capacidade de atendimento especializado a crianças na rede pública de saúde em Pernambuco.

A nova estrutura faz parte de um conjunto de intervenções voltadas ao fortalecimento da assistência hospitalar e busca reduzir a demanda reprimida por leitos de alta complexidade, especialmente em períodos de maior pressão sobre o sistema, como surtos de doenças respiratórias e aumento de internações infantis.

Com a implantação da UTI pediátrica, o hospital passa a oferecer suporte mais completo a casos graves, diminuindo a necessidade de transferências para outras unidades e contribuindo para um atendimento mais ágil. A medida também deve impactar diretamente a regulação de leitos no estado, que frequentemente enfrenta dificuldades para atender à demanda por vagas em terapia intensiva.

A iniciativa ocorre em um contexto de pressão sobre a rede pública de saúde, onde a escassez de leitos pediátricos é um dos principais desafios. Em Pernambuco, períodos sazonais costumam provocar aumento significativo na procura por atendimento infantil, exigindo respostas estruturais para evitar sobrecarga do sistema.

Além da ampliação física, o projeto envolve adequações técnicas e estruturais necessárias para o funcionamento de uma UTI, incluindo instalação de equipamentos especializados e adaptação dos espaços para garantir segurança e suporte adequado aos pacientes.

A expectativa é de que a nova unidade contribua para qualificar o atendimento e ampliar a resolutividade do hospital, que é referência em média e alta complexidade no estado.

A obra reforça a importância de investimentos contínuos na infraestrutura hospitalar, especialmente em áreas críticas como a pediatria, onde a demanda por leitos intensivos costuma superar a oferta disponível. A ampliação da capacidade pode representar um avanço no enfrentamento de gargalos históricos da saúde pública em Pernambuco.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Democracia contemporânea na era das redes: quem molda a opinião pública?



A democracia contemporânea atravessa uma inflexão histórica em que o debate público já não acontece apenas nas praças, nos partidos ou nos meios tradicionais. Ele se deslocou, com força, para o ambiente digital, especialmente para as redes sociais, onde a formação da opinião pública passa a ser mediada por algoritmos invisíveis e altamente influentes.

Se antes o voto era construído a partir de referências mais estáveis, como ideologia, identidade partidária e debates presenciais, hoje ele é cada vez mais impactado por conteúdos personalizados, impulsionados por sistemas que filtram, priorizam e repetem informações de acordo com o comportamento do usuário. Surge, assim, a chamada "democracia algorítmica", na qual a tecnologia deixa de ser apenas ferramenta e passa a atuar como agente ativo na disputa política.

Nesse novo cenário, as redes sociais se tornaram o principal campo de batalha eleitoral. Campanhas utilizam dados, inteligência artificial e estratégias digitais sofisticadas para atingir o eleitor de forma segmentada, muitas vezes explorando emoções, crenças e vulnerabilidades. Se, por um lado, isso amplia o alcance e a eficiência da comunicação política, por outro, levanta preocupações legítimas sobre transparência, equidade e manipulação.

A influência das redes sociais na opinião pública é, hoje, um dos pontos mais sensíveis do debate democrático. Plataformas digitais potencializam discursos, criam bolhas informacionais e aceleram a circulação de conteúdos, verdadeiros ou não. Nesse ambiente, as chamadas fake news encontram terreno fértil para se disseminar, distorcendo percepções e, em casos extremos, influenciando decisões eleitorais.

O desafio não é apenas tecnológico, mas institucional. A Justiça Eleitoral brasileira, historicamente reconhecida por sua capacidade de inovação, da urna eletrônica à biometria, enfrenta agora uma realidade mais difusa e complexa. Diferente do ambiente físico, o espaço digital não tem fronteiras claras nem controle centralizado, o que exige novas formas de regulação e fiscalização.

O uso crescente de inteligência artificial nas campanhas também impõe a necessidade de parâmetros jurídicos claros. Não se trata de frear o avanço tecnológico, mas de garantir que ele ocorra dentro de limites éticos, preservando a integridade do processo eleitoral. O equilíbrio entre liberdade de expressão e proteção da democracia torna-se, portanto, um ponto central. Excessos regulatórios podem sufocar o debate, enquanto a ausência de regras pode comprometer sua legitimidade.

Diante desse contexto, espaços de reflexão ganham ainda mais importância. O VI Simpósio de Direito Eleitoral do Nordeste, realizado recentemente em João Pessoa, evidenciou a maturidade do debate jurídico sobre esses temas. Reunindo especialistas, o evento discutiu o impacto das redes sociais, da desinformação e da inteligência artificial nas eleições, reforçando a necessidade de adaptação das instituições.

A democracia algorítmica exige mais do que inovação. Exige responsabilidade. Em um ambiente onde a opinião pública pode ser moldada por códigos e dados, a confiança do eleitor passa a depender diretamente da transparência e da segurança das informações que consome.

Preservar essa confiança é, ao mesmo tempo, o maior desafio e a principal garantia de sobrevivência da democracia. Porque, no fim, mais do que votos, o que está em jogo é a própria capacidade da sociedade de decidir seu futuro com base em informação livre, plural e confiável.

Dia das Mães: varejo pernambucano projeta movimentar R$ 10,9 bilhões no mês sob cenário de readequação de consumo

Com crédito mais restritivo, inadimplência em alta e inflação acima da média em produtos típicos da data, o consumo no período deve registrar leve recuo em relação a 2025, aponta levantamento da Fecomércio-PE

O varejo pernambucano deve movimentar cerca de R$ 10,9 bilhões no mês do Dia das Mães de 2026, com leve retração de 1,25% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado indica um cenário de relativa estabilidade, marcado por um consumo mais cauteloso e fortemente influenciado pelas condições de crédito. A projeção é da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE), por meio do Hub de Dados do Comércio.

A análise técnica demonstra que o avanço da inadimplência atua como um elemento de restrição direta ao consumo. No Brasil, 5,24% do crédito concedido às pessoas físicas encontra-se em situação de inadimplência em 2026, marca superior aos 4,24% observados em maio do ano anterior. Como reflexo dessa restrição, as concessões de crédito recuaram 3,7% no comparativo anual até fevereiro.

FOTO: CRYSLI VIANA/DP



Somado ao cenário de crédito mais restritivo, a inflação de itens tradicionais para a data pressiona a renda disponível. Presentes como joias e bijuterias registraram alta de 21,1% no acumulado de 12 meses e os serviços de alimentação fora do domicílio subiram 6,5%. Tais variações superaram a inflação geral do período, calculada em 4,12%. Em contrapartida, o vestuário feminino obteve um crescimento de preços inferior ao índice geral, com variação de 3%.

Para o economista da Fecomércio PE, Rafael Lima, a conjuntura impõe uma mudança por parte dos consumidores. "Com o avanço inflacionário em itens típicos e o aumento do endividamento, as famílias ajustam o padrão de consumo, priorizando despesas essenciais e postergando aquisições de caráter não essencial. Na prática, as famílias não deixam de realizar as compras, mas passam a optar por bens substitutos de menor valor, reduzindo o gasto médio associado à data ", detalha o economista.

A análise da Fecomércio PE mapeou as disparidades de consumo no cotejo entre a capital e o interior. A Região Metropolitana do Recife (RMR), detentora do maior volume financeiro estadual, apresentou estimativa de R$ 6,7 bilhões para o período, o que marca um recuo de 6,8% frente a 2025. O comportamento na capital decorre da maior dependência do crédito para viabilizar as compras.

No interior, a dinâmica apresenta mais detalhes. O Agreste Central tem projeção de R$ 496,8 milhões, uma retração menor, de 1,5%, impactada pela pressão dos preços sobre o orçamento. Em sentido oposto, o Sertão do São Francisco projeta um avanço de 4,8%, alcançando R$ 276 milhões em movimentação financeira. O fôlego no Sertão possui relação direta com os resultados positivos do emprego formal, que geram renda e impulsionam o consumo local.

O presidente da Fecomércio-PE, Bernardo Peixoto, destaca que os dados são fundamentais para o planejamento dos empresários. "A nossa análise possibilita a formulação de estratégias regionalizadas de vendas para o mês que contém a principal data comemorativa do primeiro semestre. O varejo pernambucano é dinâmico. Enquanto notamos o impacto do cenário de crédito na Região Metropolitana, vemos o Sertão do São Francisco registrar tendência de crescimento mais acentuada. O empreendedor que compreender a realidade financeira da sua região e adaptar seu portfólio para atender a essa demanda por bens de menor valor agregado sairá fortalecido nesta data", conclui o presidente.

O estudo utilizou uma abordagem quantitativa preditiva baseada na análise de séries temporais, com o objetivo de estimar a Movimentação Financeira Real do comércio para o Estado de Pernambuco e as suas respetivas regiões de desenvolvimento durante o mês de maio de 2026, período que reflete a sazonalidade do Dia das Mães.

Polícia conclui que menino de 6 anos morreu após erro médico com overdose de adrenalina e caso levanta alerta sobre protocolos



A investigação sobre a morte de Benício, de 6 anos, apontou que a criança foi vítima de erro médico durante atendimento de emergência. De acordo com a conclusão da polícia, o menino recebeu uma dose inadequada de adrenalina, o que provocou uma overdose e levou ao óbito.

Segundo o inquérito, a medicação foi administrada de forma incompatível com os parâmetros indicados para o quadro clínico apresentado, o que caracterizou falha na conduta durante o atendimento. A adrenalina é um medicamento essencial em situações críticas, mas exige precisão rigorosa na dosagem, especialmente em pacientes pediátricos, devido ao alto risco de efeitos adversos graves.

O caso ocorreu após a criança dar entrada em uma unidade de saúde em busca de atendimento. Durante os procedimentos realizados, houve erro na aplicação do medicamento, fator que, segundo a investigação, foi determinante para a morte.

A apuração ganhou força após questionamentos da família e repercussão do caso, que levou à análise detalhada dos protocolos adotados pela equipe responsável. A conclusão da polícia reforça a suspeita inicial de falha técnica no atendimento, afastando outras causas como determinantes para o desfecho.

Com o encerramento do inquérito, o caso segue agora para avaliação do Ministério Público, que deverá analisar se há elementos para responsabilização criminal dos envolvidos. Paralelamente, podem ser instaurados procedimentos na esfera administrativa e nos conselhos profissionais para apurar condutas e eventuais infrações éticas.

Especialistas em saúde apontam que a administração de medicamentos em situações de emergência exige protocolos rígidos, treinamento contínuo das equipes e mecanismos de checagem para evitar erros. Em ambientes de alta pressão, como unidades de pronto atendimento, falhas desse tipo costumam estar associadas a fatores como sobrecarga de trabalho, falhas de comunicação e ausência de conferência adequada de dosagens.

O caso reacende o debate sobre segurança do paciente no sistema de saúde brasileiro, especialmente no atendimento pediátrico, que demanda cuidados específicos e maior controle na prescrição e aplicação de medicamentos.

Além da responsabilização individual, a situação levanta questionamentos sobre as condições estruturais das unidades de saúde, incluindo disponibilidade de equipamentos, organização de protocolos e capacitação das equipes. Para especialistas, episódios como esse evidenciam a necessidade de revisão constante dos processos para reduzir riscos e evitar novas ocorrências.

A família do menino segue em busca de respostas e justiça, enquanto o caso se torna mais um exemplo de como falhas em procedimentos médicos podem ter consequências irreversíveis.